

# Libertar o País das amarras ao seu desenvolvimento

Embora só deva concluir dentro de duas ou três semanas o seu relatório sobre a economia brasileira e o programa econômico do governo, a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que recentemente visitou o País deixou claramente a impressão de que seu parecer, a ser apreciado pelo "board" da instituição, deverá ser a favor de um acordo com o Brasil.

O próprio Thomas Reichman, chefe da missão, em declarações à imprensa, admitiu que, no final de junho, o FMI poderá transmitir ao comitê assessor dos bancos internacionais privados um teleex dando sinal verde para um acordo com o Brasil. E, a partir do começo de agosto, o FMI poderá começar a liberar um empréstimo de US\$ 1,5 bilhão ao País, a ser desembolsado em sete parcelas.

Encaminham-se, assim, para uma conclusão há muito esperada os entendimentos com a comunidade financeira internacional ligados ao reescalonamento da dívida externa, permitindo às autoridades brasileiras superar um sério obstáculo à execução de

uma política interna de ajuste, sem comprometer a capacidade de crescimento da economia nacional. Ninguém espera que, neste ou no próximo ano, o produto real brasileiro possa vir a crescer a taxas de 6 ou 7%, mas há motivos para acreditar que, mesmo nessa difícil fase de transição, seja possível uma expansão do PIB bastante acima da taxa de crescimento demográfico, atualmente calculada em 2,1%.

Se bem que se tenha de admitir que o governo brasileiro não conseguiu evitar uma vinculação do acordo com os bancos credores com um acerto básico com o Fundo, tem-se de admitir que, pelo menos, o programa de ajuste foi estruturado, em suas grandes linhas, pelos próprios responsáveis pela condução da política econômica do País. Por todas as indicações disponíveis, aquela instituição aceitou os motivos alegados pelo governo para manter no nível de 4% do PIB o déficit público neste ano. E — para surpresa de muitos — os técnicos do FMI reconheceram também a impossibilidade prática de um desaceleramento muito brusco da inflação nesse

período, concordando com a estimativa realista de um total acumulado de 600% em 1988. Ou seja, as autoridades brasileiras conseguiram convencer os técnicos do Fundo de que esse não seria um resultado tão mau assim, mantendo-se a taxa mensal em um nível razoavelmente estável, ainda que muito elevado.

Somente a partir do próximo ano, se colocado em execução o programa de austeridade que o governo já começou a implementar, faltando apenas, entre as principais medidas a tomar, a definição dos cortes dos gastos no âmbito de cada ministério, um dos problemas mais sérios a desafiar a Nação é a criação de um ambiente propício à retomada dos investimentos.

Poder-se-ia dizer, com isenção, que, neste momento, esta não é propriamente uma tarefa que cabe ao Executivo. As definições básicas que cabiam ao governo já foram feitas e será somente uma questão de tempo a reconquista da credibilidade na ação oficial, o que dependerá, em essência, da determinação dos responsáveis

pela condução da política econômica, a começar do próprio presidente da República.

Na realidade, muitos empresários estão convencidos de que o aumento do volume de investimentos, de agora em diante, está sujeito, principalmente, às decisões finais da Assembléia Nacional Constituinte, algumas de cujas deliberações, no primeiro turno, não se coadunam com os princípios básicos que têm orientado a política econômica em vigor, especialmente no que se refere à nova política industrial, ao capital estrangeiro e às taxas de juro.

Cumpramos-nos esperar que, no segundo turno, durante o qual só serão permitidas emendas supressivas, venha a prevalecer o bom senso entre os constituintes, passando a maioria a compreender a natureza do momento histórico que o País atravessa e as perspectivas que já se divisam. E que a nova Carta Magna não venha a ser tolhida por conceitos limitativos, verdadeiras amarras, que podem vir a comprometer o desenvolvimento do País no futuro.